

A CONSTRUÇÃO DE UMA LEITURA BIOPOLÍTICA SOBRE A DEFICIÊNCIA: a mediação do território

Wilson Lopes Mendonça Neto¹
wilsonlopesmneto@gmail.com

Eguimar Felício Chaveiro²
eguimar@hotmail.com

Resumo: Este texto tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a temática deficiência e sobre sujeitos com deficiência, a partir da noção de biopolítica elaborada por Foucault principalmente, pela mediação do território. Este trabalho visa partir da reflexão para a construção de um modelo de metodologia que permita uma abordagem biopolítica sobre a temática deficiência. No entanto, esta feita não poderia acontecer se também não nos dispuséssemos a realizar simultaneamente uma atualização das noções foucaultianas. Foucault aponta para uma transformação nos mecanismos de poder, de controle e vigia sobre os corpos, ocorridas principalmente a partir de meados do século XVIII, nas quais os poderes estabelecidos não se exercem mais somente sobre os corpos individuais, de maneira disciplinar, eles se exercem centrados na população, não mais no homem-corpo, mas no homem-espécie. Esse novo contexto das tecnologias de poder inaugura uma nova fase do capitalismo, segundo Peibart, Hardt e Negri, na qual o capitalismo se apropria de um novo território, a subjetividade das pessoas, o Inconsciente. Nesta nova fase de acumulação capitalista em que não somente o trabalho físico do corpo é apropriado, mas também e principalmente, a subjetividade e o trabalho intelectual são apropriados, como se dão as territorialidades de pessoas com deficiência?

Palavras Chave: Biopolítica. Deficiência. Territorialidade. Biopoder. Biopotência.

Abstract: This paper aims to develop a reflection on the theme of disability and individuals with disabilities from the notion of biopolitics by Foucault developed mainly through the mediation of the territory. This work aims from reflection to build a model methodology to a biopolitical approach on the subject disability. However, this made it could not happen if we did not we had to simultaneously perform an update to the Foucauldian notions. Foucault points to a change in the mechanisms of power, control and watch over the bodies, occurring mainly from the mid eighteenth century, in which the powers that be do not carry over just about individual bodies, the disciplinary way, they exert people-centered, no more in man-body, but in man-kind. This new context of power technologies inaugurates a new phase of capitalism, according Peibart, Hardt and Negri, in which the capitalist appropriates a new territory, the subjectivity of people, the Unconscious. In this new phase of capitalist accumulation in which not only the physical work of the body is appropriate, but also and mainly, the subjectivity and intellectual work are appropriate, as the territorialities give people with disabilities?

¹ Mestrando na Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG.

² Professor doutor do curso de geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG.

Keywords: Biopolitics. Disabilities. Territorialities. Biopower. Biopotency.

Introdução

Alguns autores têm apontado o atual momento da história da sociedade humana como sendo um período de transição, um momento em que, segundo estes autores, os mecanismos capitalistas de organização, planejamento, gestão e manutenção do poder se modificaram de forma tal que as bases para a exploração capitalista ganharam novas formas, os mecanismos de poder novos sentidos e objetivos e a apropriação privada ganha novos objetos: o subjetivo, o trabalho imaterial. Negri (2003, p.94) se refere ao trabalho imaterial como sendo o conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais. Ainda afirma o autor:

[...] hoje nos encontramos em uma forma de existência e em um mundo produtivo que se caracterizam pela hegemonia do trabalho intelectual. Fala-se que entramos na *idade do capitalismo cognitivo*. [...] portanto a organização do capitalismo cognitivo, se baseia cada vez mais em uma capacidade de apropriação privada, imposta por meio da captação dos fluxos sociais do trabalho cognitivo

Pelbart (2009, p.81) se refere a uma fase “em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado.”. Hardt e Negri, *apud* Pelbart, (2009, p.81), se referem a uma fase não mais imperialista, mas, a fase Imperial, uma fase marcada pela configuração de um Império, que possui mecanismos de governabilidade, portando de controle e gestão, mais espalhados, fluídos, esparramados, em rede, entrelaçados ao tecido social e a sua heterogeneidade.

Foucault, (1999, p.285) faz uma referência à transformação da forma de se exercer o poder no contexto do Capitalismo e afirma que o que decorreu entre os séculos XVII e XVIII foi o surgimento de diversas tecnologias de poder, centradas no corpo, no indivíduo. Eram procedimentos relacionados ao disciplinamento do corpo, assim como sua distribuição no espaço, a fim de que se possa também melhor vigiá-

lo e controlá-lo. Essas tecnologias são tecnologias disciplinares do trabalho e objetivavam tornar os corpos tanto mais dóceis quanto mais úteis e produtivos, procurava torná-los mais obedientes e mais eficientes.

Na segunda metade do século XVIII começa-se a notar a presença de outra tecnologia de poder, que funciona através de mecanismos diferentes, não disciplinares, sem, no entanto, desconsiderá-los. Essa nova tecnologia se distancia da lógica individualizante do corpo e se aproxima da lógica massificante, não mais a do homem-corpo, mas do homem-espécie. Essa “biopolítica” relaciona-se de certa forma, com os males que afetam a população subtraindo suas forças, reduzindo o tempo de trabalho, causando baixas de energia e perda de produtividade, relaciona-se também com controles estatísticos inerentes aos aspectos demográficos da população, assim como do controle sobre as formas de vida, os modos de vida. Ocupa-se a biopolítica da gestão da Vida, da invenção-reinvenção da Vida.

A biopolítica se volta para questões relacionadas ao homem enquanto espécie e seu meio, com uma preocupação acerca da manutenção das condições materiais de existência da vida. Preocupa-se com a relação entre a sociedade em geral, a espécie em sua totalidade, com os recursos disponíveis necessários a sua existência e, não somente, com o indivíduo. Este deixa de ser um momento marcado pela hegemonia de uma anátomo-política como forma de governar e passa a ser marcado pela lógica biopolítica.

Como mecanismo de funcionamento da biopolítica pode-se identificar, por um lado, o uso de tecnologias regulamentadoras da vida e por outro lado o uso de tecnologias disciplinares da vida. A primeira ligada a um conjunto jurídico, as normas, ao direito, a ideologias; a segunda está ligada aos processos de potencialização e adestramento do corpo social para sua exploração tanto enquanto produtores como enquanto consumidores. Sobre a dimensão do consumo, pode-se dizer que ganhou nesta nova fase do capitalismo outro sentido, Pelbart (2009, p.20), afirma:

O fato é que consumimos, mais do que bens, *formas de vida* – e mesmo quando nos referimos apenas aos estratos mais carentes da população, ainda assim essa tendência é crescente. Através dos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. Chame-se como quiser isto que nos rodeia, capitalismo cultural, economia imaterial, sociedade de espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade. O capital, como o disse Jameson, por meio da ascensão da mídia e da indústria de propaganda, teria penetrado e colonizado um enclave até então aparentemente inviolável, o Inconsciente.

Pode-se afirmar então, com base nas concepções de Foucault, Hardt e Negri, que é possível identificar mudanças nos mecanismos capitalistas de poder, e que as causas dessas transformações estão ligadas a uma mudança de foco no que diz respeito às estratégias de poder, antes centradas no corpo, no indivíduo-corpo e, agora, centradas no homem-espécie, na população. É necessário, porém, ressaltar que os mecanismos disciplinares do corpo não foram extintos, pelo contrário, foram diluídos, esparramados, foram transformados a partir de uma microfísica, e tiveram seus alcances ampliados, chegando a níveis mais íntimos da existência humana, o Inconsciente e a Subjetividade. Desta forma, uma das marcas deste novo momento do Capitalismo é o seu domínio sobre a produção de subjetividades e a apreensão da mesma a favor da acumulação.

Neste sentido o corpo, como aponta Foucault, Harvey e Pelbart, é o irreduzível, é o que sobra ao proletariado. Por isso, pela sua potência criativa e produtiva é alvo de inúmeras estratégias do Capital, estratégias de poder. A vigia, a disciplina, o controle, a produção e a exploração das corporeidades são a lógica do sistema capitalista da sociedade atual. A produção e “adestramento” das subjetividades, das corporeidades, é uma estratégia de acumulação.

Essas mudanças na forma de exercer o poder, essas novas tecnologias de poder, não poderiam existir sem todo um aparato ideológico que o sustentasse. Cabe então a pergunta: quais ideologias estão na base dessa nova concepção de poder voltada agora para a gestão da população, para a manutenção e o controle das condições existenciais do homem enquanto uma espécie? Quais são os

fundamentos dessa nova racionalidade política, desse novo jeito de governar, de exercer o poder?

Para Foucault e Negri essa reorganização e nova concepção e prática de poder, nasce do liberalismo enquanto ideologia de governo. Para Negri (2003, p.103):

O conceito de biopolítica implica, pois, uma análise histórica da racionalidade política e funcional do governo, na época em que ela aparece. Aqui, no caso, a reflexão histórica concerne ao nascimento do *liberalismo*, e aqui, por “liberalismo”, sempre em termos foucaultianos, é preciso entender um exercício de governo que não se limita a maximizar os efeitos de apropriação, reduzindo assim os custos, mas, sobretudo, algo caracterizado pelo risco de governar em demasia.

Há de se pensar que quando se instaura este paradigma do “risco de se governar em demasia”, quando essa racionalidade liberal começa a dominar, é posto em ação a lógica de mercado capitalista, a população fica então a mercê das Leis de Mercado. Essa nova ciência do governo (que também inclui funções jurídicas e econômicas) apresenta-se mais como uma tecnologia do poder que tem por objeto a população, que investe as diversas formas nas quais a população se organiza. (NEGRI, 2003).

A abordagem biopolítica sobre deficiência a partir de Foucault

Pelo menos duas questões merecem ser pensadas: é possível uma leitura biopolítica sobre a deficiência? Como operacionalizar metodologicamente esta leitura?

Partindo da noção de biopolítica entendemos que o ponto principal a essa tipo de abordagem, relacionada a pessoas com deficiência, seria a identificação de suas duas componentes principais: as tecnologias regulamentadoras e as tecnologias disciplinares. Ainda nos termos de Foucault, caberia então a abordagem por um lado, da série **população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado**; e por outro lado, a abordagem da série **corpo –**

organismo – disciplina – instituições. Em outros termos, caberia por um lado a abordagem sobre o conjunto legal, todo o aparato que cria e assegura algum direito aos sujeitos em questão pela mediação do Estado, na perspectiva do conjunto, do convívio social; e por outro lado, uma abordagem relacionada à maneira como as instituições (família, instituições religiosas, escola...) impõem modos de vida, disciplinas, rotinas para os corpos destes sujeitos e como eles mesmo constroem sentidos existenciais a partir de suas percepções do mundo vivido.

Segue uma possibilidade metodológica de abordagem biopolítica sobre pessoas com deficiência a partir das noções de Foucault.

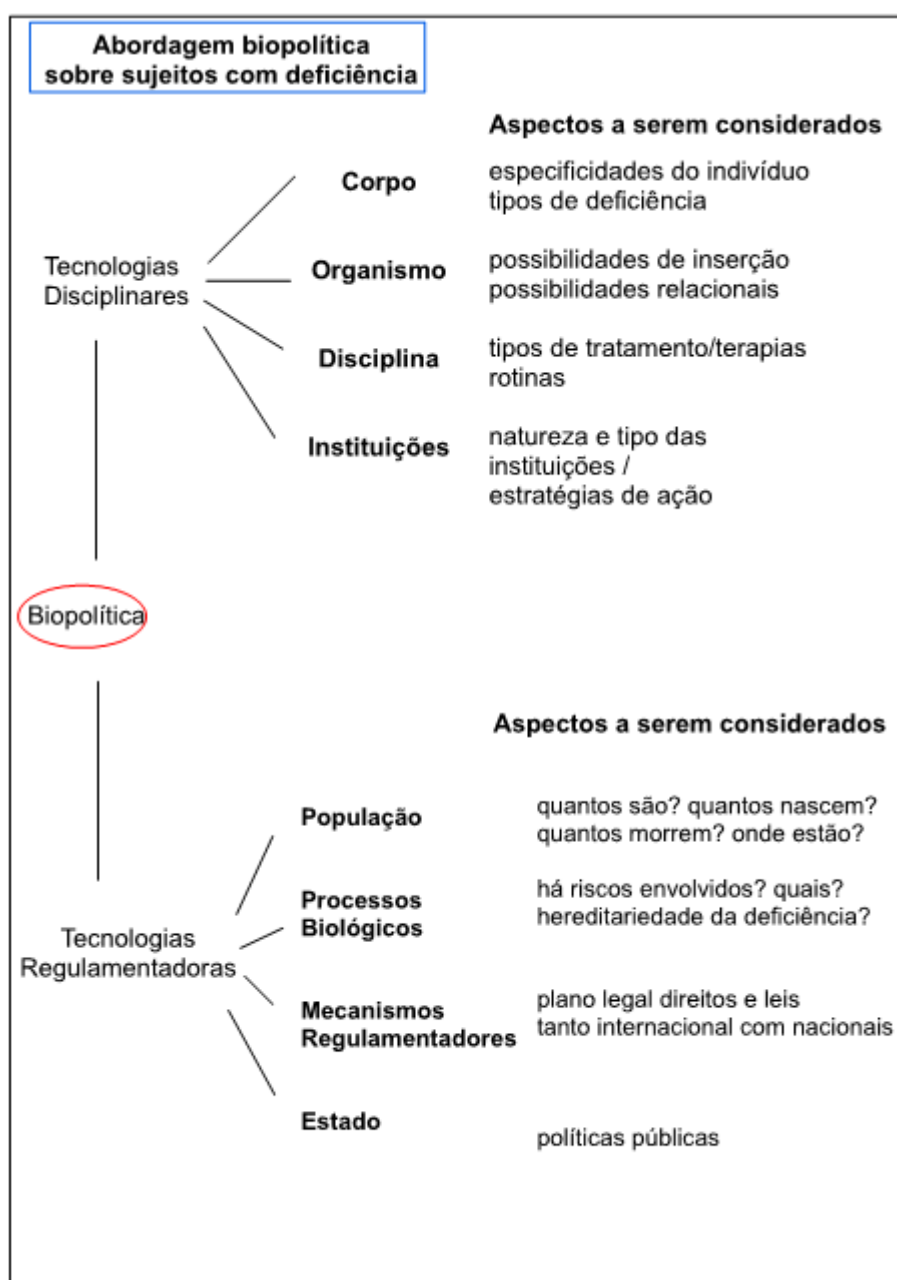


Figura 1: Abordagem biopolítica sobre sujeitos com deficiência

Todavia, esta proposta apresenta pelo menos uma falha, que está ligada a uma noção de biopolítica construída por Foucault restrita a uma única direção, a saber, a direção de quem, ou daqueles, que exercem o poder. Neste esquema é necessário que se acrescente um mecanismo investigativo que permita ouvir “a voz da multidão”, as falas das subjetividades que vivenciam os mecanismos coercitivos do capital.

É necessário primeiro, uma crítica a esta noção e em segundo, uma proposta que parta do alargamento da compreensão sobre a biopolítica. O que nos conduz ao próximo tópico deste texto.

Novas concepções sobre biopolítica – biopoder e biopotência: contribuições de Negri e Pelbart

Pelbart (2009, p.24) afirma que o termo biopolítica foi proposto por Foucault no sentido de uma modalidade de poder e de governo sobre as populações. No entanto, no decorrer dos últimos anos, o termo passou por uma mudança de sentido, adquirindo caráter mais abrangente e libertador, de maneira tal que remete a vitalidade social e sua potência política. Essa transformação na concepção e no uso do termo biopolítica praticamente inverte seu sentido, na medida em que desloca o eixo de análise “de onde o poder é exercido” para o “onde ele se faz exercer”, do lugar de onde emana o poder para o lugar onde ele é percebido, sentido e vivido como coerção, como sujeição.

Para Pelbart (2009, p. 13):

Nunca o capital penetrou tão fundo e tão longe no corpo e na alma das pessoas, nos seus gens e na sua inteligência, no seu psiquismo e no seu imaginário, no núcleo de sua “vitalidade”. Ao mesmo tempo, tal “vitalidade” tornou-se a fonte primordial de valor no capitalismo contemporâneo: a produção imaterial seria impensável sem a força de invenção disseminada por toda parte.

Esta nova perspectiva teórica pressupõe o seguinte: a dinâmica biopolítica tem como motor de seu movimento, por um lado, os “biopoderes” estabelecidos e hierarquizados, e de outro lado, as formas de vida que respondem, resistem a esses poderes, as “biopotências”. Pelbart (2009) refere-se às biopotências da seguinte forma: “essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva a mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias” e nesse contexto cabe o questionamento “num capitalismo connexionista, que funciona na base de projetos em rede, como se viabilizam outras redes que não

as comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes?”.

A abordagem biopolítica passa então pela identificação dos biopoderes, mas também das biopotências. Para (Negri, 2001 apud Pelbart, 2009), “ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação”. A força da noção biopolítica e seu potencial de abordagem em questões relacionadas às dinâmicas de grupos, classes ou categorias sociais, estão na descoberta de que a vida é uma invenção. Uma invenção que se dá no campo de forças entre biopoderes e a biopotência da multidão.

Essa atualização teórica exige uma nova proposta metodológica de abordagem, que não considere somente um sentido do poder. Uma abordagem biopolítica deve considerar que para toda forma manifesta do biopoder, ou dos biopoderes, existem forças correlatas, multidimensionais, que resistem a partir da biopotência de vida. Os biopoderes não são exercidos sobre uma massa inerte e passiva de pessoas. Analisá-los pressupõem entender que os diferentes indivíduos que compõem a trama social se constroem como sujeitos que resistem e criam possibilidades de dessujeição.

Aproximações entre território e biopolítica: a construção de uma nova proposta de abordagem biopolítica sobre sujeitos com deficiência

Neste tópico não nos prolongaremos em uma discussão aprofundada sobre o território, empreita essa que nos tomaria muito tempo e mais muitas páginas escritas. Nosso objetivo é lançar algumas considerações sobre o território a fim de aproximar o conceito da biopolítica e também subsidiar a elaboração de nova proposta de abordagem sobre sujeitos com deficiência. Seguem apontamentos simplificados sobre a noção de território para diferentes autores:

1. F. Ratzel: o território seria fruto da relação entre sociedade e natureza intermediada pelo Estado. Para este autor a luta das sociedades é por territórios, e a organização de cada sociedade para defendê-lo é o momento da gênese do Estado.

2. C. Raffestin: a noção de território pressupõe a noção de poder. Para este autor não existe somente o Poder do Estado, existe o poder e o Poder. A territorialidade é a face vivida do poder. Atores sociais de toda ordem tecem suas relações entre si na forma de relações de poder.

3. M. L. Souza: território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder.

4. M. A. Saquet: Território é resultado do processo de produção do e no espaço, e envolve instâncias materiais e imateriais. Para este autor os elementos constituintes do território são “identidade”, “relações de poder” e “redes de circulação, comunicação e movimento”.

5. M. Santos: para este autor o território só possui sentido a partir de seus usos, portanto, ele afirma, o território em si mesmo não quer dizer nada. Cabe então falar em Território Usado, na medida em que a partir dos usos pode-se identificar os atores que disputam o exercício do poder.

Fazendo uma breve leitura das noções destes autores podemos perceber que o fundamento de todos eles é o poder. Mesmo em Ratzel, onde o termo não aparece explicitamente, pode-se inferi-lo na medida em que o autor se refere a disputas territoriais, ou seja, disputas de poder sobre e no território. Desta forma, podemos construir a seguinte definição: o território não é o palco onde se disputa poder, ele é o próprio campo de forças de disputa de poder. Afirmar isso significa retirar do território à condição de suporte e atribuir-lhe a dimensão histórica e social das disputas de poder. Daí a importância da concepção de Milton Santos sobre território usado, o território só faz sentido na medida em que é analisado a partir da dimensão histórica de seus usos, das apropriações, da identificação dos atores que definem os usos do território e se apropriam de seus recursos, inclusive e principalmente, humanos.

Desta forma, fica mais evidente a relação entre biopolítica e território. A biopolítica possui como fundamento as relações entre biopoderes, de um lado o Biopoder, que pode ser entendido grosseiramente como o Poder sugerido por Raffestin, e por outro lado, a maneira como os indivíduos respondem aos processos

de sujeição a que são submetidos, a biopotência. Essa relação Biopoderes – biopotência ocorre no campo de forças território.

Podemos pensar então em uma nova possibilidade de abordagem biopolítica sobre sujeitos com deficiência a partir do território, das territorialidades. Segue:

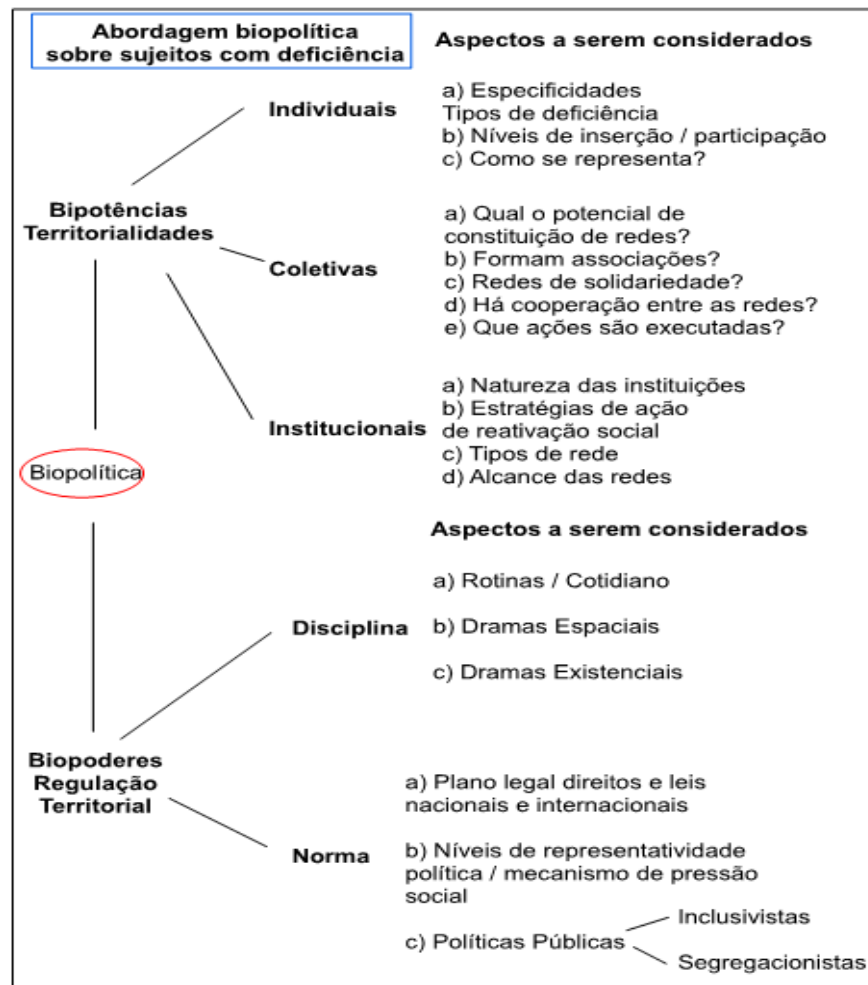


Figura 2: abordagem biopolítica sobre sujeitos com deficiência

O que muda essencialmente entre as duas abordagens é a consideração, nesta segunda, de uma direção inversa do Biopoder, é a consideração de biopoderes e de biopotências, é consideração do fato de que a multidão responde aos estímulos sofridos pelos mecanismos de coerção, de controle e de sujeição, na forma da reinvenção de suas existências, na forma da reorganização de sentidos

existenciais. Para Pelbart (2009, p.13) coube a Deleuze; Guattari explicitar que a potência da vida faz variar suas formas e reinventa a todo instante suas coordenadas de enunciação.

Considerações finais

A noção de biopolítica é extremamente pertinente para uma abordagem sobre pessoas com deficiência, principalmente a partir de sua aproximação da noção de território, na medida em que o território, como demonstrado, é o próprio campo de forças de disputas de poder. Destarte, ambas as noções permitem identificar os atores que disputam poder, permitem identificar os biopoderes e as biopotências, permitem identificar as dinâmicas e estratégias territoriais do Biopoder, ou dos poderes hegemônicos, e também, as territorialidades que resistem e que desenvolvem mecanismo de dessujeição, a partir das biopotências de vida.

As noções de biopolítica e de territorialidade permitem ainda a identificação das redes pelas quais os mecanismos de dominação e resistência funcionam. Assim pode-se propor, enquanto caminho de abordagem, uma possibilidade metodológica de leitura, uma espécie de “**cartografia biopolítica**” das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. *Revista da ANPEGE*. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 103-114. 2005

BARCELOS, T. Maia. **Re-quebras da subjetividade e o poder transformador do samba**. Tese de doutorado, São Paulo: PUC-SP, 2006.

BRUMER, ANITA; PAVEI, KATIUCI; MOCELIN, DANIEL GUSTAVO. **Saindo da “escuridão”**: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 300-327.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **O corpo, uma categoria demográfica**. Goiânia: UFG, 2008 (mimeografado).

DELEUZE, G & PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Peter PálPelbart. São Paulo: Escuta, 1998.

DINIZ, DEBORA. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, MICHEL. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos).

FREITAS, MARIA NIVALDA DE CARVALHO. **A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência**. O & S - v.14 - n.41 - Abril/Junho – 2007.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

HAESBERT, Rogério. **Território alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1981.

NEGRI, ANTONIO. **5 lições sobre o império**. Tradução: Alba Olmi. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Política das Multidões).

PELBART, P. P. **A vertigem por um fio: Políticas da Subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. RJ: Bertrand Brasil, 2000.